

O capitalismo dependente e a particularidade do Estado na América Latina

Dependent capitalism and the particularity of the State in Latin America

Maicon Cláudio da Silva*

Resumo

Nesse artigo apresentamos uma discussão sobre o caráter particular do Estado na América Latina a partir da crítica da economia política. Partindo da relação entre forma valor e mercado, por um lado, e Estado e Nação, por outro, e do caráter particular do capitalismo na América Latina enquanto capitalismo dependente, nós apontamos que o Estado latino-americano assume um caráter particular sob a forma de Estado dependente.

Palavras-chaves: Estado; América Latina; teoria marxista da dependência; Estado dependente

Abstract

In this article, we present a discussion on the particular nature of the State in Latin America from a critique of political economy perspective. Departing from the relationship between value form and the market on one hand, and the State and the Nation on the other, considering the distinctive character of capitalism in Latin America as dependent capitalism, we argue that the Latin American State takes on a particular character in the form of a dependent State.

Keywords: State; Latin America; Marxist dependency theory; dependent State

* Economista e Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutorando em Economia pela Universidade Federal Fluminense. Secretário do Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA) da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: maiconclaudio@gmail.com.

Introdução

Há no ensino de Economia certa tendência a esterilizar o tema do Estado e da política. É como se em Economia o Estado fosse *uma variável exógena*, independente da estrutura econômica. Não por acaso o pensamento dominante constantemente defende a necessidade de um Banco Central independente, como se fosse possível separar a fórceps a Economia da Política.

No âmbito da vulgaridade de certo pensamento marxista, esse equívoco economicista se expressa através de um entendimento errôneo de que a compreensão da dinâmica da economia basta para garantir o entendimento do movimento da sociedade. Esquece-se, assim, do papel ativo desempenhado pela luta de classes sobre a realidade.

Por outro lado, o liberalismo de esquerda, pensamento dominante nos setores progressistas durante o começo do século XXI, ao desprezar a importância das determinações objetivas da Economia, tende a apresentar o Estado como um espaço em disputa que, caso conquistado, poderia atender os interesses da classe trabalhadora indefinidamente, em detrimento das necessidades do capital.

Há, não obstante, uma constante nessas diferentes perspectivas equivocadas: o Estado é sempre compreendido como se fosse um espaço livre de determinações. Esquece-se desse modo o aviso do equatoriano Agustín Cueva, para quem:

[...] a edificação de um Estado Nacional jamais se realiza no vazio [...] e sim sobre a base de uma estrutura econômico-social historicamente dada e dentro de um contexto historicamente concreto, fatores que não só determinam as modalidades históricas de cada entidade estatal, mas também a maior ou menor tortuosidade do caminho que conduz à sua organização. (Cueva, 1983, p. 42)

E no caso da América Latina, qualquer análise séria sobre o Estado deve levar em conta necessariamente o caráter dependente que o capitalismo assume nessas latitudes.

De fato, já no clássico *Dialética da dependência*, Ruy Mauro Marini (2005) – em discussão que trava com André Gunder Frank (1973) sobre a originalidade da dependência frente ao colonialismo – defende a tese de que a dependência pressupõe uma relação entre países *formalmente independentes*. Assim sendo, a subordinação na fase dependente ganharia para Marini um novo caráter, envolvendo a relação entre Estados nacionais formalmente soberanos e não mais entre colônia e metrópole.

Marini (2005, p. 141) destaca que “o caráter progressivo de um acontecimento não exclui a originalidade do acontecimento”. Para o autor, o surgimento de Estados formalmente independentes é um acontecimento original que, apesar de não excluir a continuidade de vários elementos do período colonial, marca uma mudança de qualidade frente ao passado. Portanto, é razoável inferir que o Estado latino-americano não seja uma categoria de pouca importância para a análise do capitalismo dependente na região.

Nos estudos marxistas sobre o Estado, como veremos mais adiante, para toda uma série de pensadores latino-americanos (boa parte inéditos no Brasil), o mercado capitalista “é o ponto ritual de referência tanto da nação como do Estado” (Mercado,

1990, p. 194)¹ e é a sua existência que garante “o deslizamento da ideologia da aldeia para a ideologia da nação” (*ibidem*, p. 193), permitindo conformar comunidades muito mais amplas das que as existentes até então.

Não por acaso o argentino Jorge Enea Spilimbergo (2002) recorda que em seu surgimento na Europa a burguesia luta para garantir o domínio sobre o mercado interno, buscando destruir as barreiras alfandegárias entre as províncias ou pequenos estados de uma mesma nacionalidade, que restringiam o desenvolvimento do mercado, impedindo o desenvolvimento da grande indústria e apogeu da produção capitalista. Por conta disso, ao “promover a unidade (ou a independência) nacional, a burguesia não luta por um simples princípio abstrato, mas por seus próprios e inadiáveis interesses materiais, que nesta etapa histórica coincidem com os do resto da população”. (*ibidem*, p. 23)

Não obstante, como já demonstraram os fundadores da Teoria Marxista da Dependência, a forma como se deu o desenvolvimento do capitalismo na América Latina desencadeou o surgimento de particularidades que sem negar leis gerais do sistema, aprofundam suas contradições. Particularidades essas que incidem tanto na formação do mercado latino-americano quanto no caráter assumido pela burguesia na região.

Nesse artigo apresentamos algumas contribuições para entender a particularidade do Estado na América Latina desde a crítica da economia política.² Essa discussão é realizada a partir da relação dialética entre as categorias Forma Valor e Mercado por um lado e Estado e Nação por outro, tendo em vista as implicações das particularidades do capitalismo dependente sobre essa relação.

1. Estado, mercado e forma valor

Há certa polêmica no debate sobre a formação de Estados e Nações quanto à possibilidade de encontrar em categorias da abstração elementos de explicação sobre processos históricos concretos. Alguns autores, tais como Immanuel Wallerstein e Étienne Balibar (1991, p. 139), defendem que é “completamente inviável ‘deduzir’ a forma nação das relações de produção capitalistas”. Para eles, a “circulação monetária e a exploração do trabalho assalariado não têm por que implicar uma forma de Estado determinada” e apenas à luz de processos históricos podem ser identificadas as determinações essenciais de Estados e Nações.

Outros autores, ao contrário, como o boliviano Álvaro García Linera (2010), o guatemalteco Edelberto Torres Rivas (2011) e o egípcio Samir Amin (1973), defendem que, mais do que possível, é necessário encontrar determinantes mais abstratos do que a própria história singular para compreender nação e Estado.

¹ Nesse e em todos os espaços em que houver citações de obras em espanhol, a tradução para o português é nossa.

² Esse artigo é baseado em parte do resultado da pesquisa que apresentamos em nossa dissertação de mestrado intitulada “O Estado em seu labirinto: a particularidade do Estado na América Latina” (Da Silva, 2019), orientada pela professora Roberta Sperandio Traspadini e defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina durante o ano de 2019.

Ainda assim, mesmo entre esses autores há certas divergências. Samir Amin (*ibidem*), por exemplo, entende a categoria nação para além do modo de produção capitalista. Segundo o autor egípcio, reduzir a nação ao mundo moderno, apontando como uma de suas exigências a existência de um mercado capitalista integrado, é diminuir esse fenômeno social complexo, “pois é claro que a China imperial ou o Egito através dos milênios, não constituem conglomerados de povos [e] que são desde esse ponto de vista, muito diferentes da Gália ou da Germânia bárbaras”. (*ibidem*, p. 29-30)

Para Amin (*ibidem*), as bases da nação não podem ser encontradas, portanto, apenas no mercado. Em sua opinião, a nação surge quando uma classe social que controla o aparato central do Estado assegura uma unidade econômica à vida da comunidade.

A classe dominante controla sempre – por definição – o Estado. Mas esse é um império (homogêneo etnicamente ou não) ou uma nação, se a formação constitui uma unidade econômica, quer dizer, que tanto a organização da geração do excedente como da sua circulação e distribuição se solidarizem com a sorte das províncias. (*ibidem*, p. 30)

Essa definição é mais ampla que aquela assentada sobre o mercado capitalista, uma vez que para ela a classe dominante em questão não é necessária e exclusivamente a burguesia. Não obstante, Samir Amin (*ibidem*, p. 33) encontra uma particularidade na nação durante o modo de produção capitalista: “Se o fato nacional é anterior ao capitalismo como se acaba de ver, o modo de produção capitalista conduz o nível nacional a um plano muito superior ao que as formações pré-capitalistas haviam conhecido”. A generalização da forma de mercadoria não apenas à produção excedente, mas ao produto completo, a transformação da própria força de trabalho em mercadoria, permitindo uma maior mobilidade da população e conseqüentemente uma maior integração humana, e a forma de mercadoria que o próprio capital assume, assegurando a integração do mercado e a circulação da riqueza, são todos aspectos que tornam a integração nacional no capitalismo superior às suas experiências pretéritas.

O guatemalteco Edelberto Torres Rivas (2011) tem acordo com Samir Amin (1973) quanto à existência da nação antes do capitalismo, mas reforça em seu trabalho o caráter particular que essa categoria assume no modo de produção capitalista. Ele afirma que: “Se bem a nação como forma de existência comunal aparece no largo período pré-capitalista, somente na sociedade burguesa encontra sua forma mais acabada, o Estado Nacional”. (Rivas, 2011, p. 87-88) O caráter novo da nação burguesa é que nesse caso a vinculação é feita através do comércio e da indústria, e não pelo poder tradicional de um mandatário divino.

A tendência unitária lhe dá a economia e não o imperador, e no seio dessa diferença é possível entender como o capital, a grande indústria, destrói particularismos, uniformiza nacionalidades e generaliza as mesmas relações entre as classes da sociedade. (Rivas, 2011, p. 87-88)

As relações capitalistas de produção proporcionam uma unidade contraditória das classes sem paralelos na história, de modo que a forma nacional da comunidade implica uma sociedade em que a relação de forças entre classes sociais assegura não só sua coesão, mas também sua reprodução e continuidade no tempo.

Desde uma perspectiva próxima a esses autores, ainda que num nível de abstração mais elevado, o boliviano Álvaro García Linera (2010) defende que é na forma

valor³ onde estão dispostas as determinações da forma nacional de organização política da sociedade burguesa. Para Linera:

[...] é possível e necessário, para não ficar preso em um historicismo das singularidades basicamente desconexas, rastrear um conjunto de determinações gerais dadas pela forma celular da relação do capital, sobre cujo terreno fértil precisamente se torna inteligível a formação histórica específica de cada construção nacional moderna como construção nacional no capital. (*ibidem*, p. 204)

Para explicar a particularidade do caráter social da forma valor e sua relação com Estado e Nação, Álvaro García Linera compara-a com a forma comunidade. Segundo ele, nas sociedades em que predominou a forma comunidade, a sociabilidade é dada pelo processo de trabalho comunitário. “O caráter social do produto é aqui o caráter coletivo de sua produção”. (*ibidem*, p. 59) Portanto, o conteúdo imediatamente social-universal é determinado pelo trabalho em comunidade. A sociabilidade surgida da coletividade é direta – sem mediações – e se manifesta tanto pelo caráter social dos produtos quanto pela função que cada indivíduo exerce.

O que faz um indivíduo identificar-se no outro enquanto semelhante é, portanto, a vida em comunidade. Não por acaso o simbólico, o ritual e o sagrado têm tanta importância nas sociedades comunais. A solidariedade, a paixão coletiva, o ânimo e a energia grupal são dirigidos a um fim específico:

[...] na cerimônia que precede ou coroa o ato de trabalho direto, na convocatória aos deuses e aos ancestrais [e] reafirmam a vida comum, reatualizam a vida passada, legitimam o conjunto das forças e condições produtivas que agruparam a comunidade. (*ibidem*, p. 305)

A religiosidade desempenha deste modo o papel de uma verdadeira força produtiva, ao proporcionar um meio de reforçar o sentimento de pertencimento do indivíduo à comunidade, que é a produtora em última instância. Assim sendo, nas sociedades comunais, o limite da sociedade não pode ir muito além do limite mesmo da comunidade, porque é nos marcos desta em que se dá o trabalho coletivo e, por conseguinte, a própria existência da coletividade.

Nas sociedades estruturadas pela forma valor a situação é diferente. Os trabalhos individuais não se apresentam diretamente como trabalhos sociais, como trabalhos distribuídos coletivamente entre os membros da sociedade em atenção às suas necessidades, muito menos como um produto social. Impera, ao contrário, a indiferença e descoordenação entre os indivíduos produtores. Mas, diferentemente da forma comunidade, em que o produto satisfaz diretamente o produtor, na forma valor, esse, enquanto valor de uso, não satisfaz seu produtor direto, e para realizar-se necessita satisfazer a necessidade de outros.

Conseqüentemente, nas sociedades mercantis, onde reina a forma valor, ainda que os trabalhos imediatos não sejam diretamente trabalhos sociais, a mercadoria traz

³ Linera recupera a categoria forma valor de Marx que havia concluído que: “A análise da mercadoria revelou que esta é algo duplo: valor de uso e valor. Portanto, para que uma coisa tenha a forma de mercadoria, deve ter uma dupla forma, a forma do valor de uso e a forma do valor. A forma do valor de uso é a forma do corpo da mercadoria, ferro, tecido etc., a forma tangível, sensível sob a qual existe. É a forma natural da mercadoria. *A forma de valor da mercadoria é, ao contrário, sua forma social*”. (Marx, 1966, p. 191; ênfase adicionada)

em si mesma um conteúdo de sociabilidade mais amplo do que o das sociedades comunais.

Como recorda Linera:

[...] o primeiro que distingue essencialmente a forma mercadoria de outras formas sociais gerais de riqueza é que sua utilidade imediata não se apresenta diretamente para o indivíduo ou corpo social que lhe fez surgir: “seu valor de uso é para alguém que não é seu possuidor”, a mercadoria existe na medida em que é um valor de uso para outrem enquanto a sua utilidade direta não é para o seu produtor. (*ibidem*, p. 46)

A mercadoria se constitui, portanto, como um vínculo material abstrato entre os indivíduos, entre o produtor e os demais. Nela se encontra a afirmação material das recíprocas necessidades determinadas socialmente. “De fato, a mercadoria define a superação da individualidade do corpo produtivo (familiar, comunal, de classe etc.) autossuficiente”. (*ibidem*)

Por meio da mercadoria, a forma valor constitui uma relação social entre os indivíduos, compradores e vendedores, que se conectam no mercado como livres proprietários privados, donos de mercadoria. Daí que a ampliação do número de valores de uso produzidos deva caminhar juntamente do crescimento do mercado. Isso porque, na medida em que o trabalhador produz necessariamente um valor de uso que deve ser valor de uso para outro, torna-se impreterível, portanto, um espaço de realização mais amplo que o das antigas comunidades.

A ampliação do mercado desencadeada pela forma valor implica também a destruição das formas precedentes de sociabilidade, dentre elas a forma comunidade. E implica ainda, a crescente transformação de produtos em mercadorias, subsumindo-os à forma valor. Como destaca o filósofo venezuelano Ludovico Silva, na sociedade capitalista até mesmo o ar é transformado em mercadoria:

[...] no século XX [os capitalistas] encontraram o verdadeiro segredo de Midas, e converteram em dólares até o ar respirável (o ar que se respira em qualquer escritório hoje é ar de uma “marca X”, é uma mercadoria, é ar “condicionado” que se trocou por dinheiro). (Silva, 1971, p. 143)

Igualmente é necessário que o trabalhador esteja despojado dos meios de produção direta para que sua produção, mediada pela mercadoria, tome livre curso. Assim, através do processo chamado de acumulação primitiva (Marx, 2013), a comunidade autossuficiente é destruída e potencialmente incorporada à comunidade da forma valor – o mercado – e o trabalhador direto transformado em produtor e consumidor de mercadorias.

Durante esse processo se produz a orfandade de sociabilidade direta dos antigos produtores agora despojados (Linera, 2010), o que permite que por meio da forma valor se construa uma nova autorrepresentação unificadora, um “Eu” coletivo. Como aponta o sociólogo boliviano René Zavaleta Mercado (1990, p. 52), “a descampesinização é a destruição da tradição da aldeia e a dupla liberação no sentido de que se consagra, por um lado, a liberdade jurídica do homem desvinculado e a ‘liberdade’ a respeito da terra, meio de produção ou gleba”.

Dessa maneira, com a expropriação dos trabalhadores diretos ocorre “a primeira separação massiva entre o homem e seu meio de produção clássico, que é a

terra. Isso produz um estado de vacância ideológica, ou seja, um vazio na representação do mundo”. (*ibidem*, p. 52) Surge assim uma nova sociabilidade dada pela forma valor, em que o “modo cotidiano da comarca (no comer, no vestir, no falar) é substituído pela *hybris* de um modo coletivo. É aqui onde se produz a nacionalização, ou seja, a substituição do caráter localista pelo caráter nacional”. (*ibidem*, 1990, p. 52)

É nesse momento histórico em que encontramos o elemento abstrato de sustentação da nação e do Estado:

A forma nação contemporânea, em sua base abstrata, pode ser vista, portanto, como *o espaço social limitado* correspondente e necessário para a formação histórica *do grande espaço essencial elementar do domínio da relação do valor* e da respectiva distribuição das atividades dos indivíduos à *escala universal* que lhe sustenta. Só mediante esta mediação, no particular, pode realizar-se, no universal, a relação do valor, pois somente ela permite afirmar e perpetuar como sociabilidade “natural” as formas sociais específicas distributivas do trabalho necessárias para a existência da forma valor como forma específica do produto e do processo de trabalho. (Linera, 2010, p. 225; ênfase adicionada)

De modo simplificado poderíamos afirmar que na forma valor encontram-se duas forças definidoras: uma universalista e outra localizadora. Esse aparente paradoxo na verdade é uma importante força de expansão da forma valor em escala mundial, pois na dialética entre o particular e o universal, são os espaços sociais limitados da nação e do Estado que garantem a sustentação do espaço universal de domínio da lei do valor.

A tendência universalista da forma valor, por meio da incansável transformação de produtos em mercadorias, incorpora virtualmente todo o globo terrestre como espaço potencial de valorização do valor. Ao conformar pela primeira vez um mercado de âmbito mundial ela permite, por conseguinte, que o ser humano dê os passos iniciais em direção à construção de uma comunidade humana universal.⁴ Em consequência dessa tendência, esferas sociais como a individualidade, a criatividade, as formas de aprendizagem, as relações amorosas, as formas de sociabilidade local (a família, o bairro, o local de trabalho, os meios de comunicação) são reestruturadas segundo a ordem do valor, o que cria mundialmente uma espécie de civilização do valor-mercantil. (*ibidem*, 2010)

No entanto, a universalidade do espaço social na comunidade mundializada estruturada pelo valor não deve ser confundida com sua homogeneidade. De fato, é aqui que o aparente paradoxo entre o universal e o local se desfaz, pois, uma vez que entendemos que o caráter universal do valor não significa sua redução a um conjunto de formas naturais genéricas, mas sim a configuração da unidade social geral em suas mais variadas formas particulares, fica evidente que o espaço universal da forma valor será uma totalidade síntese de múltiplos complexos particulares dados pela tendência localizadora.

A forma valor pressupõe uma específica distribuição no tempo e espaço das atividades da sociedade, uma divisão do trabalho entre seus membros, de modo que os

⁴ É esse elemento progressista do capitalismo que dá as bases para a construção de uma comunidade universal futura que não esteja mediada pelo valor, uma sociedade comunista mundial.

não-valores de uso para os produtores possam realizar-se ininterruptamente como valores de uso para os não-produtores. Essa é a segunda força da forma valor, a tendência localizadora que conforma o espaço social onde os indivíduos realizam e representam sua existência material, imaginativa e organizativa na atividade produtiva, e que em último termo dá sustentação à formação da nação e do Estado.

Cada um dos centros de emanação da forma valor busca, portanto, consolidar-se como espaço social estável e diretamente autônomo (ainda que plenamente autônomo seja impossível pelo caráter universal do valor). Só mediante essa mediação particular local pode realizar-se universalmente a forma valor. Isso permite que ela perpetue como sociabilidade “natural” as formas sociais específicas do valor.

Em síntese, se a forma comunidade significa, de certo modo, viver para si, viver para a comunidade, a forma valor, ao contrário, significa viver para o outro, produzir o valor de uso que só o é para o outro e não para si mesmo. A seguir, veremos com mais profundidade o que significa a construção de Estados e nações em uma sociedade como a latino-americana em que essa contradição – viver para o outro – é levada a extremos.

2. Forma valor na América Latina

A análise que realizamos até então, por seu caráter abstrato, diz respeito aos elementos mais universais da relação estreita entre mercado e valor por um lado e Estado e Nação pelo outro. Para uma análise mais adequada sobre a realidade latino-americana é imprescindível descer o nível de abstração, e, nos aproximando mais do concreto, desvendarmos as particularidades da América Latina nessa relação.

Como vimos, a forma valor pressupõe uma sociabilidade mais abrangente que a forma comunidade. Isso implica, desde logo, a destruição das áreas em que predominou até então a forma comunidade e a sua incorporação na órbita da forma valor, constituindo-se assim uma sociabilidade mais ampla.

No âmbito da América Latina, falar em destruição da forma comunidade significa remeter diretamente ao processo de colonização. E essa já é uma particularidade histórica decisiva que diferencia o processo de consolidação da forma valor nos países periféricos daquele ocorrido na maioria dos países centrais. Isso porque aqui, diferentemente do que ocorreu na Europa, as formas de sociabilidades precedentes são destruídas desde fora e num elevado ritmo e não por um impulso interno que levasse à sua transformação ao longo dos séculos.

Incorporada forçosamente ao mercado europeu através da conquista, a região que viria a se tornar a América Latina vê desde cedo suas estruturas econômicas e sociais formadas e transformadas para atender necessidades exteriores às suas. Nesse processo, o território é ocupado segundo a possibilidade de produção do valor de uso que fosse mais proveitoso aos interesses de ultramar. Surgem assim, formações sociais construídas ao redor de um centro produtor-exportador que ao longo dos séculos e nos diferentes espaços territoriais do subcontinente variou entre a produção de prata, ouro, cana-de-açúcar, tabaco, café, guano, couro, borracha etc.

Segundo o equatoriano Agustín Cueva:

Se a colonização da América Latina está relacionada com algum movimento fundamental da história, esse movimento é a acumulação primitiva em escala

mundial, entendida como um processo que, além de implicar a acumulação sem precedentes em um dos polos do sistema, supõe necessariamente a desacumulação, também sem precedentes, no outro extremo. (Cueva, 1983, p. 24-25)

Na relação dialética entre a acumulação primitiva na Europa e a desacumulação na América Latina podemos encontrar uma das características particulares do papel latino-americano desde o ponto de vista da forma valor. Historicamente a América Latina contribuiu para a generalização da forma valor em território europeu e para a formação do mercado mundial. Nesse processo ela reforçou o caráter universalista da forma valor. Isso, contudo, foi feito em detrimento do caráter localizador. Ou seja, a articulação da América Latina com o exterior, que foi levada ao extremo, não se fez acompanhada de uma articulação interna entre as diferentes regiões do subcontinente.

De fato, a colonização, além de ter construído uma estrutura econômica radial, voltada para fora, impediu politicamente a articulação interna na América Latina. A criação de estradas só era tolerada ou estimulada dentro de cada capitania ou entre essas e as capitais da costa. Se algum colono abrisse uma nova rota por dentro da selva seria duramente castigado e sua obra destruída. (Kaplan, 1974) Isso, somado à localização e ao isolamento das cidades, além da proibição do comércio direto entre elas, determinou a falta de interdependência e integração entre as várias regiões do subcontinente.

Também no âmbito da economia existiam poucos estímulos para que houvesse maior aproximação inter-regional. A utilização de trabalho escravo ou servil vinha acentuar ainda mais esse isolamento, visto que não havia incentivo para a produção de mercadorias destinadas ao consumo das massas trabalhadoras dos setores exportadores, uma vez que a maior parte dos bens-salário era produzida no interior das *haciendas* ou, em menor medida, vinha da Europa.⁵ Ademais, como recordam Gilberto Mathias e Pierre Salama (1983, p. 23): “Não há verdadeiramente generalização da mercadoria, a não ser quando a mercantilização se estende à força de trabalho. A força de trabalho, livre, vende-se por um salário”. E a história colonial da América Latina é a história da utilização do trabalho cativo em suas variadas formas.

Ainda no âmbito da economia, podemos agregar que frequentemente distintas regiões latino-americanas competiam (e ainda competem) umas com as outras no atendimento às demandas do mercado externo. Exemplo dessa situação é a relação conflituosa entre Buenos Aires e Montevideú na disputa pela exclusividade de porto exportador do Rio da Prata.⁶

De fato, a presença de forças centrífugas é uma constante em toda a América Latina. Essas forças, atuando objetivamente sobre a realidade contra a sonhada Pátria

⁵ Mesmo ainda no século XX, em minas como as de Simón Patiño na Bolívia, importavam-se latas de conserva da Europa para vender aos trabalhadores mineiros nos barracões. (Cueva, 1983) Na literatura o romance *Metal del Diablo* do escritor boliviano Augusto Céspedes (1998) retrata bem esta realidade.

⁶ O escritor argentino Raúl Scalabrini Ortiz em *Política Britânica no Rio da Prata* (2014) mostra como essa relação conflituosa de interesses será decisiva para a separação da Banda Oriental, atual Uruguai, do território argentino.

Grande de Simón Bolívar, levam tanto ao processo de balcanização após a independência, que fragmenta o território latino-americano em cerca de 20 Estados, quanto a uma série de conflitos internos mesmo em territórios que lograram manter-se unidos enquanto país. Nesse último caso, as forças centrífugas se manifestaram através do regionalismo. Interior e Litoral na Argentina, Costa e Serra no Peru, Altiplano e Terras baixas na Bolívia são alguns desses exemplos.

Ensimesmadas, as distintas regiões da América Latina mantinham mais relações com a metrópole europeia do que com os territórios vizinhos. De fato, Juan Bautista Alberdi afirma que “[c]ada Estado na América do Sul pode prescindir dos outros, mas não da Europa”. (Alberdi *apud* Peña, 2013, p. 73) A baixa articulação interna da América Latina é reconhecida também pelo argentino Jorge Abelardo Ramos quando ele se questiona se:

Os produtores de café, bananas, trigo, cobre, cacau, algodão, tabaco e carne estavam em condições de adquirir a “consciência nacional do mercado interno”, única escola da burguesia, quando seus benefícios fluíam do mercado mundial? (Ramos, 2012, p. 364)

O capitalismo europeu, ao permitir que se constituíssem relações econômicas, políticas e financeiras entre todas as partes das nações que construiu, desenvolveu um grande poder multiplicador do sistema produtivo com o auxílio de um expansivo mercado interno, unido a uma linguagem nacional ou franca, que procurava difundir na construção da fronteira político-cultural de um Estado. (*ibidem*)

Na América Latina, ao contrário, a vitória das “pequenas pátrias” contra a ideia da “pátria grande” aprofundou ainda mais as dificuldades na consolidação do mercado interno regional, e como afirma o argentino Milcíades Peña:

Não pode haver industrialização séria onde – como no Chile ou na Colômbia, para citar dois casos – uma só fábrica de calçados equipada com as máquinas mais modernas fabricaria em um só mês de trabalho todos os calçados necessários para esses minúsculos mercados locais. A indústria moderna só é econômica quando produz em grande escala, mas dada a fragmentação da América Latina é uma obrigação produzir em pequena escala. (Peña, 2013, p. 74)

Essas dificuldades são ainda maiores se nos atentamos ao fato de que “boa parte de ‘nosso’ mercado interno não era mais que um prolongamento do mercado metropolitano” (Cueva, 1983, p. 90) e que as elites locais, sobretudo aquelas vinculadas ao comércio exterior, estavam mais interessadas em garantir seus próprios lucros do que no desenvolvimento e expansão do mercado interno.

Ainda sobre a colonização, uma vez que a ocupação territorial foi realizada segundo os interesses econômicos europeus, a penetração da forma valor no território latino-americano se deu de modo bastante heterogêneo, privilegiando regiões propícias à produção de mercadorias necessárias à Europa e marginalizando áreas de difícil acesso ou sem interesse produtivo imediato. De fato, algumas regiões do continente foram efetivamente incorporadas na órbita da mercadoria apenas após as independências e coube aos Estados independentes incorporá-las.

Com efeito, na Bolívia costuma-se dizer que os indígenas guaranis, que nunca haviam sido dominados anteriormente, seja pelo Império Incaico, seja pelo Império

Espanhol, tiveram seu território conquistado justamente pela República. Na Argentina, até as campanhas da “Conquista do deserto” empreendida pelo General Roca entre 1878 e 1884, o território patagônico ainda estava sob o domínio dos caciques indígenas, e até mesmo acordos diplomáticos entre esses e os argentinos haviam sido assinados. Já no Chile, segundo Luís Vitale, “entre 1873 e 1900 foram arrematados em leilão 1.125.000 hectares usurpados aos índios”. (Vitale *apud* Cueva, 1983, p. 78)

Assim, na América Latina o Estado vai assumindo a tarefa de expandir as fronteiras internas e de conquistar e ocupar espaços até então habitados por trabalhadores independentes, povos indígenas ou quilombolas. Ao mesmo tempo confirma legalmente as apropriações ilegítimas realizadas diretamente pelas oligarquias e impede o acesso direto à terra e aos meios de produção pelas populações que viviam à margem da forma valor.

Estes atraso e descompasso do ponto de vista da expansão da forma valor e formação do mercado têm consequências decisivas para a constituição dos Estados na região. Como recorda o boliviano René Zavaleta Mercado:

O que se chama unidade do Estado ou centralização em realidade só se realiza completamente quando o modo de produção capitalista já se impôs plenamente. [...] *Se a unificação não se produz na base econômica, em realidade não se produziu de todo ainda.* Por conseguinte, ainda que a unidade territorial se tenha logrado em um país atrasado, não obstante, enquanto subsistem ressacas ou sobrevivências de modos de produção prévios, a burguesia não cumpriu totalmente um de seus objetivos fundamentais que é a centralização. (Mercado, 1987, p. 164; ênfase adicionada)

Há na região, portanto, uma ausência de articulação unificadora por meio da forma valor, e isso têm importantes implicações do ponto de vista da formação da intersubjetividade necessária para a consolidação dos Estados e Nações. Diante da falta de integração inter-regional, as classes dominantes locais, ao invés de enfrentarem o problema, tratam na verdade de reproduzir estruturas econômicas que reforçam ainda mais as forças centrífugas pré-existentes. Esse comportamento não é fruto de má vontade ou equívocos ocasionais, mas é uma característica inerente às elites regionais enquanto classe, já que a fonte de seus rendimentos é encontrada especialmente no mercado externo. Com efeito, como afirma André Gunder Frank (1978, p. 14), a elite latino-americana, beneficiária da estrutura dependente, “frequentemente valendo-se dos gabinetes governamentais e outros instrumentos do Estado, gera políticas do subdesenvolvimento no âmbito econômico, social e político para a ‘Nação’ e o povo latino-americano”.

De fato, a forma como se deu o desenvolvimento do capitalismo na América Latina desencadeou o surgimento de um modo particular da produção capitalista – o capitalismo dependente –, que sem negar as leis gerais do sistema, apresenta características próprias que exacerbam as contradições específicas da relação capital-trabalho. (Bambirra, 2013) Essa particularidade, marcada por elementos como a superexploração da força de trabalho e a transferência de valor dos países dependentes para os países centrais, conduz também a um ciclo do capital particular. Pela natureza desse

trabalho, não podemos aprofundar em detalhes esse aspecto, mas também não podemos deixar de apontar algumas considerações sobre o ciclo do capital das economias dependentes.⁷

Na análise da circulação capitalista, Marx (2013) mostra a existência de três diferentes ciclos do capital, segundo a forma do capital que está em movimento. Trata-se dos ciclos do capital dinheiro, do capital produtivo e do capital mercadoria. Os três formam, em conjunto, o ciclo do capital social. Não há espaço aqui para entrar em detalhes sobre a forma particular assumida por cada um desses três ciclos no capitalismo dependente. Contudo, uma vez que o ciclo do capital dinheiro é aquele que explicita a totalidade do processo de valorização, indicaremos a partir dele, e com base nas considerações de Marini (2012a) alguns aspectos da sua particularidade no capitalismo dependente.

Marx (2013) divide o ciclo do capital-dinheiro (D-M ... P ... M'-D') em três fases. O primeiro movimento – primeira fase de circulação – acompanha a transformação do dinheiro em mercadoria, através da compra de meios de produção e força de trabalho. A esta fase, segue-se o processo de produção, em que a força de trabalho, atuando sobre os meios de produção, não somente transfere o valor contido nestes bens (do capital constante) às mercadorias que elabora como também cria um valor novo que, se por um lado repõe o valor equivalente ao capital variável, lança ainda um valor excedente, que corresponde ao mais-valor. Esses diferentes valores encontram-se englobados no valor total das mercadorias que, após o fim do processo de produção, precisam retornar à circulação, desta vez à terceira fase do ciclo de capital – segunda fase de circulação – quando, mediante a venda, realizam-se em dinheiro e retornam às mãos do capitalista.

Na primeira fase do ciclo, (D-M) – primeira fase de circulação – Marini (2012a) destaca, no âmbito da particularidade do capitalismo dependente, que o capital-dinheiro posto em movimento tem como origem o predomínio do Estado e de capitais estrangeiros. Segundo Marini:

[...] podemos afirmar que o ciclo econômico da economia dependente, as distintas fases de expansão e recessão que esta atravessa, encontra-se diretamente articulado com o exterior e é suscetível em ampla medida a ser influenciado pelo Estado. (*ibidem*, p. 26)

O predomínio do Estado como fonte de financiamento diz respeito à necessidade de realizar investimentos que muitas vezes exigem o adiantamento de grandes montantes de capital ou um longo tempo de maturação até que o capital adiantado circule completamente, elementos esses que afastam o capital privado de atuar diretamente em certas atividades produtivas ou com recursos próprios. Já quanto à dependência de capital estrangeiro, é importante dizer que ela assume também a forma de dependência tecnológica, uma vez que o país periférico deve importar não só os meios de produção necessários para a fabricação de mercadorias industriais como também o conhecimento para operar esses meios.

⁷ Agradecemos o comentário de um dos avaliadores da revista que nos alertou para a necessidade de apresentar no texto, ainda que minimamente, as categorias e elementos particulares do capitalismo dependente. Para uma leitura mais aprofundada desse tema, consultar o item 2.2 da nossa dissertação de mestrado. (Da Silva, 2019)

Assim, na primeira fase de circulação do ciclo do capital na economia dependente, o:

[...] ciclo do capital dessa economia encontra-se duplamente articulado e é *duplamente dependente com relação ao exterior*. Essa circulação encontra-se parcialmente centrada no exterior, tanto no que se refere ao capital dinheiro [sua origem] como no que diz respeito ao capital mercadoria [sua tecnologia]. (*ibidem*, p. 28; ênfase adicionada)

Na fase de produção (P), em que se apaga a origem do capital e já não importa quem são seus proprietários, a característica mais marcante é a existência da superexploração da força de trabalho. Por sua conexão próxima ao exterior, a tendência é que sejam as empresas estrangeiras que dominem a produção de mercadorias nos setores mais dinâmicos dos países dependentes. Essas empresas, devido ao privilegiado acesso a recursos das matrizes e tecnologias sob controle de patentes: “obtem sistematicamente uma mais-valia extraordinária [e] concentram porções cada vez maiores da mais-valia produzida” (*ibidem*, p. 29), de modo que o que temos são processos que conduzem à monopolização precoce nas economias dependentes. Diante dos monopólios as empresas médias e pequenas tratam de estancar a sangria crescente de sua mais-valia:

[...] através da elevação da taxa de mais-valia, obtida à custa de – sem variação significativa na produtividade – extrair mais trabalho não remunerado de seus operários. Isso só é possível se (descartada sempre a elevação da produtividade) aumenta-se a intensidade do trabalho, prolonga-se a jornada laboral e/ou simplesmente se rebaixa forçosamente o salário do trabalhador, sem que essa redução salarial corresponda a um barateamento real da força de trabalho. Em todos esses casos, a força de trabalho é remunerada abaixo de seu valor, e por conseguinte, dá-se uma superexploração dos trabalhadores. (*ibidem*, p. 30)

Na segunda fase de circulação (M'-D'), ou terceira fase do ciclo do capital na economia dependente, o tema dominante é como essas mercadorias se realizam. Nesta etapa, as marcas da superexploração da força de trabalho se fazem visíveis do ponto de vista da conformação dos mercados. Na medida em que a superexploração implica: “que não se remunere a força de trabalho pelo seu valor, [se] acarreta a redução da capacidade de consumo dos trabalhadores e [se] restringe a possibilidade de realização desses bens” (*ibidem*, p. 33), de modo que a produção de bens-salários é debilitada e o mercado interno vê seu papel reduzido ao segundo plano no âmbito da economia latino-americana.

Por outro lado, Marini (*ibidem*) destaca que mesmo com o surgimento do setor industrial nas economias latino-americanas o mercado interno não se expande sustentado pelo consumo de massas. Ao contrário, o mercado interno na América Latina passa a se dividir em duas esferas, uma alta, relativamente mais desenvolvida, fundada no consumo constituído por aquelas poucas camadas com rendimentos que correspondem à mais-valia não acumulada (lucros e proventos de capitalistas e trabalhadores improdutivos da classe média), e outra baixa, estancada, composta pelo consumo da numerosa classe trabalhadora. A segunda fase da circulação contribui, portanto, para orientar a produção no sentido de que se separe mais ainda das necessidades de consumo das massas.

Essa limitação do mercado, além de influir sobre o aparato produtivo, tende a deslocar parte da circulação de mercadorias em direção ao mercado mundial através da exportação. Para isso concorre de modo determinante o fato de que *a massa de mais-valia gerada não permanece integralmente no país, pois parte dela é transferida ao exterior, o que reduz o mercado.* (*ibidem*, p. 34; ênfase adicionada)

De fato, no ensaio *Dialética da dependência*, Marini (2005) demonstra como, seja em razão de uma maior produtividade do trabalho ou por conta do monopólio da produção de determinados tipos de mercadorias e tecnologias, ocorre um processo de transferência de valor dos países periféricos em direção aos países centrais. Ele evidencia ainda como na transferência de valor, “a apropriação de valor realizado encobre a apropriação de uma mais-valia que é gerada mediante a exploração do trabalho no interior de cada nação. [E] Sob esse ângulo, a transferência de valor é uma transferência de mais-valia”. (*ibidem*, p. 153-154)

Portanto, “o contexto reprodutivo dos países economicamente subdesenvolvidos só se completa através de sua vinculação com o circuito econômico das metrópoles” (Evers, 1989, p. 22), o que tem consequências decisivas do ponto de vista da estrutura de classes e da formação do Estado, já que “as classes dominantes de um determinado país periférico só se completam com uma fração ‘externa’ da burguesia composta por aquelas partes da burguesia das metrópoles que aí detenham o controle”. (*ibidem*, p. 19)

Do mesmo modo, o mercado interno latino-americano, historicamente reduzido pela maneira como se articularam na região o modo de produção capitalista e a forma valor, segue marginalizado na fase de desenvolvimento – propriamente capitalista – das economias dependentes. Nas palavras de Marini:

O capitalismo brasileiro [e latino-americano] é um monstro, mas um monstro lógico: se o consumo popular não serve para a realização dos bens que os setores mais dinâmicos da indústria produzem, pior para o consumo popular; o capital seguirá sua acumulação prescindindo dele. (Marini, 2012b, p. 262)

Daí que, segundo Enrique Moraga (1977), o Estado na América Latina terá como característica central que o diferencia do Estado burguês europeu, ser muito mais a expressão dos interesses das classes dominantes do que a expressão da relação entre esses interesses e os das classes dominadas.

Em vista disso e diante do fracasso das classes dominantes em unificar a população latino-americana através do mercado, a saída encontrada pelas mesmas é o uso da força e a incorporação violenta de regiões inteiras e contingentes populacionais cada vez maiores ao espaço e à lógica da acumulação capitalista. Como afirma René Zavaleta Mercado (1990, p. 197): “A violência, portanto, é uma forma não mercantil de formação de intersubjetividade, sem dúvida a mais dramática”.

Logo, não nos gera espanto sua afirmação de que na América Latina “a história das massas é sempre uma história que se faz contra o Estado”. (*ibidem*, p. 82) De fato, já no começo do século XX o brasileiro Manoel Bomfim (2005, p. 227) afirmava algo nesse sentido: “Abandonados pelo Estado, sofredoras e infelizes, é natural que as populações lhe paguem em ódio e má vontade a dureza com que são tratadas”.

3. O Estado dependente latino-americano

A destruição da forma comunidade e a inserção da forma valor na América Latina foram realizadas desde fora e segundo os interesses do nascente capital europeu. Uma vez que a estrutura colonial primeiro e o capitalismo dependente depois limitaram o mercado interno na América Latina em detrimento do mercado externo, o Estado na região apresenta uma particularidade estrutural frente ao Estado dos países centrais.

Na periferia do sistema capitalista, diferentemente dos países centrais, a burguesia não assume as funções de direção e centralização da economia de forma plenamente autônoma, de modo que a direção é aqui assumida – em última instância – pelas burguesias dos países centrais das quais as burguesias da periferia são apenas um apêndice. Essa situação implica, segundo Amin (1973), a ausência da nação burguesa e o caráter não nacional da burguesia local.

Trata-se de posição compartilhada também por outros autores, como o alemão Tilman Evers (1989) e o guatemalteco Edelberto Torres Rivas (2011). Para Evers (1989), na periferia do sistema capitalista a função principal do Estado se inverte: de garantia da existência e da expansão do capital nacional no mercado mundial passa a ser a garantia da existência e da expansão dos interesses do capital estrangeiro no espaço econômico periférico.

Portanto, a respeito do Estado periférico, externamente não se pode falar de um controle político efetivo, o que coloca em dúvida a soberania, e internamente, ainda que se possa falar de um controle estatal efetivo, seu caráter nacional é duvidoso. (*ibidem*) O Estado na América Latina não é, desse modo, soberano frente ao exterior, e nacional frente ao interior. (Rivas, 2011)

De fato, Manoel Bomfim (2005) chega a afirmar que “em vez de ser um aparelho nascido da própria nacionalidade, fazendo corpo com ela, refletindo as suas tendências e interesses” (*ibidem*, p. 210), o Estado latino-americano é propriamente “um corpo alheio à nacionalidade”. (*ibidem*, p. 209)

Neste contexto cobra especial relevo a falta de identidade entre “Estado” (enquanto sistema de dominação política) e “nação” (como projeto de desenvolvimento socioeconômico integral); daí o papel nevrálgico das reivindicações nacionalistas nesses países: podem constituir-se em armas ideológicas importantes nas mãos de movimentos emancipatórios. (Evers, 1989, p. 200)

Assim, em consequência do caráter dependente das burguesias locais, na periferia do sistema capitalista o fato nacional é apenas um projeto (Rivas, 2011), cuja realização plena caberá aos trabalhadores. Esse aspecto particular da realidade latino-americana tem implicações estruturantes no âmbito do Estado.

Como afirmam Gilberto Mathias e Pierre Salama (1983, p. 32), existe uma dialética entre a constituição do Estado e da nação, uma vez que: “A constituição da nação enquanto tal – de algo que se situe além do mero agrupamento de etnias – é capaz de fornecer uma legitimação ao Estado e à sua constituição”.

Como na periferia a construção da nação não pode ser levada plenamente a cabo pela burguesia, os “mecanismos de legitimação [do Estado latino-americano] serão, ao mesmo tempo, instáveis e diferentes dos que dominam nos países centrais”. (*ibidem*, p. 30) Daí a importância do uso da força nos países dependentes para garantir

o domínio do Estado sobre a sociedade, e o caráter restringido assumido pelas democracias latino-americanas.⁸

Esta particularidade é a razão pela qual alguns autores chegam à conclusão de que o Estado na periferia é um Estado “forte” enquanto outros terminam por lhe qualificar como “fraco”, quando na verdade não se trata de ser um Estado mais ou menos forte que o dos países centrais, mas sim um Estado dependente, com características particulares.

O Estado dependente latino-americano precisa dar respostas à particularidade da reprodução dependente do capital na América Latina e às exigências específicas da dependência em cada padrão de reprodução do capital⁹ vigente em determinado momento histórico, aspectos esses que não estão dispostos nos países centrais.

A esse respeito vale dizer que o caráter dependente assumido pelo Estado na América Latina não se trata de uma anomalia. De fato, assim como Marx disse certa vez que “a escravidão disfarçada dos assalariados na Europa necessitava, como pedestal, da escravidão *sans phrase* do Novo Mundo” (Marx, 2013, p. 829), é funcional ao capitalismo que os Estados tenham distintos graus de autonomia. Por um lado, a existência de Estados dependentes na periferia do sistema contribui na garantia da reprodução ampliada do capital dos países imperialistas, e por outro, possibilita que os Estados centrais – donos de um maior excedente econômico – assumam formas relativamente menos repressivas, acomodando em seu interior algumas reivindicações históricas da classe trabalhadora e amortecendo internamente o conflito entre capital e trabalho.

No âmbito da América Latina, a conjuntura mais recente tem apontado para a existência de um padrão de reprodução do capital que reforça ainda mais o vínculo do subcontinente com o mercado externo e o capital transnacional (Osorio, 2012), aspectos que acentuam ainda mais o caráter dependente de nossas economias e expandem as contradições sociais geradas pela superexploração da força de trabalho.

Do ponto de vista da relação entre Estado e Nação, segundo Edelberto Torres Rivas (2011, p. 130), a “transnacionalização introduz uma ‘cunha’ entre a nação e o Estado”, de modo que a “nação dependente é cada vez menos a matriz da reprodução burguesa, mas o Estado parece cada vez mais burguês, assumindo a internacionalização de funções públicas em demérito de uma nação cuja diástole resulta difícil”.

Assim, na América Latina, cada vez mais o capital expande e fortalece o Estado que avança ameaçadoramente contra a nação, essa última como expressão dos interesses gerais e superiores da sociedade. (*ibidem*, 2011) Daí a importância na atualidade da articulação entre o nacionalismo revolucionário e o socialismo na construção da luta da classe trabalhadora latino-americana.

E falar em nacionalismo revolucionário na América Latina implica necessariamente o resgate do projeto da Pátria Grande. Nas palavras de Simón Bolívar (1983, p. 89): “É a união seguramente o que nos falta para completarmos a obra de nossa regeneração”.

⁸ Ver Agustín Cueva (1988) e Tilman Evers (1989).

⁹ Sobre a categoria padrão de reprodução do capital consultar Jaime Osorio (2012).

Considerações finais

A atual conjuntura política, de acentuados conflitos, voltou a colocar o debate sobre o Estado no centro das discussões. O tema que já havia sido estudado com profundidade em outros momentos-chave de nossa história, retorna ao debate com a ascensão de governos de extrema-direita, como o de Jair Bolsonaro no Brasil (2019-2022), Nayib Bukele em El Salvador (2019-presente), e a recente eleição de Javier Milei na Argentina (2023). Essas discussões, contudo, centradas geralmente no debate sobre categorias como “fascismo”, “autoritarismo” ou “populismo”, frequentemente ignoram as contribuições de uma série de autores do pensamento crítico latino-americano que, apesar de serem na maioria inéditos no Brasil, já são considerados verdadeiros clássicos nos países vizinhos.

De fato, a contribuição desses autores apontou há décadas que o Estado na América Latina, ainda que faça parte de uma universalidade maior, o Estado burguês, possui determinações mais concretas que condicionam sua própria particularidade. Tais determinantes são decorrentes tanto de sua formação histórica quanto da sua realidade objetiva, enquanto Estados de sociedades de capitalismo dependente.

Assim, esse artigo buscou brindar o leitor brasileiro com um resgate de autores latino-americanos e do capitalismo periférico que procuraram entender a particularidade do Estado nessas regiões. Objetivamos desse modo, contribuir na compreensão do Estado dependente na América Latina e dos desafios colocados para sua superação.

Por fim, vale dizer que ainda que em momentos históricos específicos, a depender da dinâmica da luta de classes, o Estado latino-americano possa assumir feições “desviadas”¹⁰ do Estado dependente, como, por exemplo, durante o governo da Unidade Popular no Chile em 1970 ou com a Revolução Bolivariana da Venezuela em 1999, apenas com a superação do capitalismo o Estado latino-americano poderia sobrepujar seu caráter dependente. Essa lição, mais do que teórica, já nos foi dada pela história em 1959, quando Fidel Castro, Ernesto Che Guevara e Camilo Cienfuegos, liderando o povo cubano, realizaram a primeira revolução socialista vitoriosa da América Latina.

¹⁰ “Assim como o preço de mercado pode se fixar momentaneamente num ponto muito distante do valor-de-troca, do mesmo modo podemos estar diante do que poderíamos chamar de formas “desviadas” de existência do Estado capitalista”. (Mathias; Salama, 1983, p. 19)

Referências

- AMIN, Samir. *Categorías y leyes fundamentales del capitalismo*. Cidade do México: Nuestro Tiempo, 1973.
- BALIBAR, Étienne; WALLERSTEIN, Immanuel. *Raza, clase, nación*. Madrid: Iepala, 1991.
- BAMBIRRA, Vânia Bambirra. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2013.
- BOLÍVAR, Simón. “Carta de Jamaica”. In: BELLOTTO, Manoel Lelo; MARTINEZ, Anna Maria (orgs.). *Simón Bolívar: política*. São Paulo: Ática, 1983, p. 74-90.
- BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.
- CÉSPEDES, Augusto. *Metal del diablo*. La Paz: Librería Editorial “Juventud”, 1998.
- CUEVA, Agustín. *Las democracias restringidas de América Latina: elementos para una reflexión crítica*. Quito: Editorial Planeta del Ecuador, 1988.
- CUEVA, Agustín. *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. São Paulo: Global, 1983.
- DA SILVA, Maicon Cláudio. *O Estado em seu labirinto: a particularidade do Estado na América Latina*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/215056/PGSS0240-D.pdf>. Acesso em: 13/11/2023.
- EVERS, Tilman. *El Estado en la periferia capitalista*. Cidade do México: Siglo XXI, 1989.
- FRANK, André Gunder. *América Latina: subdesarrollo o revolución*. Cidade do México: Era, 1973.
- FRANK, André Gunder. *Lumpenburguesía: lumpendesarrollo*. Cidade do México: Era, 1978.
- KAPLAN, Marcos. *Formação do Estado Nacional na América Latina*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.
- LINERA, Álvaro García. *Forma valor y forma comunidad: aproximación teórica-abstracta a los fundamentos civilizatorios que preceden al Ayllu universal*. Buenos Aires: Prometeo, 2010.
- MARINI, Ruy Mauro Marini. “Dialética da dependência”. In: STÉDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 137-180.
- MARINI, Ruy Mauro. “O ciclo do capital na economia dependente”. In: FERREIRA, Carla Ferreira; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da Teoria Marxista da Dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012a, p. 21-35.
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2012b.
- MARX, Carlos. “La forma del valor”. In: MARX, Carlos; ENGELS, Federico. *Escritos económicos varios*. Cidade do México: Grijalbo, 1966, p. 191-209.
- MARX, Karl Marx. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

- MATHIAS, Gilberto Mathias; SALAMA, Pierre. *O Estado superdesenvolvido: das metrópoles ao terceiro mundo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MERCADO, René Zavaleta. *El Estado en América Latina*. Cochabamba: Los amigos del libro, 1990.
- MERCADO, René Zavaleta. *El poder dual: problemas de la Teoría del Estado en América Latina*. Cochabamba: Los amigos del libro, 1987.
- MORAGA, Enrique Gomariz. *O Estado nas sociedades dependentes: o caso da América Latina*. Lisboa: Editorial Presença, 1977.
- ORTIZ, Raúl Scalabrini. *Política britânica no Rio da Prata*. Florianópolis: Insular, 2014.
- OSORIO, Jaime. “Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica”. In: FERREIRA, Carla Ferreira; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). *Padrão de reprodução do capital: Contribuições da Teoria Marxista da Dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 37-86.
- PEÑA, Milcíades. *Historia del Pueblo Argentino*. Buenos Aires: Ediciones Montevideo, 2013.
- RAMOS, Jorge Abelardo. *História da nação Latino-americana*. Florianópolis: Insular, 2012.
- RIVAS, Edelberto Torres. “La nación: problemas teóricos e históricos”. In: LECHNER, Norbert. *Estado y política en América Latina*. Cidade do México: Siglo XXI, 2011, p. 87-132.
- SILVA, Ludovico Silva. *Teoría y práctica de la ideología*. Cidade do México: Nuestro tiempo, 1971.
- SPILIMBERGO, Jorge Enea Spilimbergo. *A questão nacional em Marx*. Florianópolis: Insular, 2002.

Recebido em 20 de novembro de 2023

Aprovado em 19 de março de 2024